

02/03/2011

TRIBUNAL PLENO

**AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 28.061 DISTRITO FEDERAL**

RELATORA	:	MIN. ELLEN GRACIE
AGTE.(S)	:	UNIÃO
ADV.(A/S)	:	ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	:	ANA CLÁUDIA SILVEIRA ARANHA
ADV.(A/S)	:	VICENTE GRECO FILHO
INTDO.(A/S)	:	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
ADV.(A/S)	:	ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
LIT.PAS.(A/S)	:	LUCIANA SILVEIRA ARANHA
ADV.(A/S)	:	MARTA MARIA R. PENTEADO GUELLER

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DE CONCESSÃO INICIAL DE PENSÃO DO MONTEPIO CIVIL DA UNIÃO. REGISTRO. LEGALIDADE DO ATO RECONHECIDA EM ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. DETERMINAÇÃO DA CORTE DE CONTAS DE ALTERAÇÃO DO PAGAMENTO DA PENSÃO POR SUPOSTA OCORRÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL SUPERVENIENTE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA. SÚMULA VINCULANTE 3. INCIDÊNCIA. SEGURANÇA CONCEDIDA. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. POSSIBILIDADE.

1. O Tribunal de Contas da União considerou legal o ato de concessão inicial de pensão do montepio civil da União em favor da impetrante e de sua irmã, ordenando o seu registro.

2. A Corte de Contas também determinou a adoção de medidas com o objetivo de efetuar a alteração dessa pensão para que a irmã da impetrante passasse a ser a única beneficiária, com fundamento em suposta ocorrência de união estável superveniente.

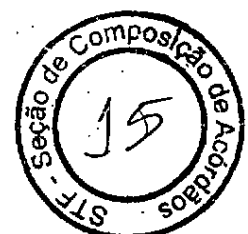
3. Necessidade de garantir-se à impetrante o exercício do contraditório e da ampla defesa quanto à suposta união estável por ela mantida.

4. Incidência na espécie da Súmula Vinculante 3.

5. Cassação do acórdão do Tribunal de Contas da União para restabelecer o pagamento integral da pensão até que seja proferida nova decisão pela Corte de Contas.

6. Segurança concedida.

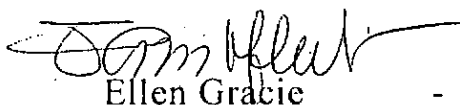
7. Agravo regimental a que se nega provimento.



**MS 28.061-AgR / DF****ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 02 de março de 2011.



Ellen Gracie

- Relatora

02/03/2011

TRIBUNAL PLENO

**AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 28.061 DISTRITO FEDERAL**

RELATORA	:	MIN. ELLEN GRACIE
AGTE.(S)	:	UNIÃO
ADV.(A/S)	:	ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	:	ANA CLÁUDIA SILVEIRA ARANHA
ADV.(A/S)	:	VICENTE GRECO FILHO
INTDO.(A/S)	:	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
ADV.(A/S)	:	ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
LIT.PAS.(A/S)	:	LUCIANA SILVEIRA ARANHA
ADV.(A/S)	:	MARTA MARIA R. PENTEADO GUELLER

**RELATÓRIO**

A Senhora Ministra Ellen Gracie: 1. Ana Cláudia Silveira Aranha impetrou o presente mandado de segurança, com pedido de medida liminar, contra ato da Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União consubstanciado no Acórdão 2.527/2009, proferido no Processo TC 021.930/2008-6.

O Tribunal de Contas da União considerou legal o ato de concessão de pensão do montepio civil da União em favor da impetrante e de sua irmã, Luciana Silveira Aranha, beneficiárias de José Aranha, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, falecido em 09.7.1996, ordenando o seu registro. Todavia, a Corte de Contas também determinou à Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo a adoção de medidas com o objetivo de efetuar a alteração dessa pensão para que a irmã da impetrante passasse a ser a única beneficiária (fls. 53-56).

Noticiou a impetrante que percebia tal benefício desde o falecimento do seu genitor, tendo sido comunicada no dia 29.5.2009 de que a sua pensão seria excluída da folha de pagamento de julho.

Disse que tal acórdão determinou que sua irmã passasse a perceber esse benefício *“de forma integral, só que*

MS 28.061-AgR / DF

*observado o percentual de 60% sobre os proventos do instituidor”* (fl. 5).

Narrou que o seu genitor, em 1979, manifestara seu interesse de contribuir, de forma facultativa, com um percentual de seus rendimentos para o montepio civil da União, com o objetivo de garantir a percepção de pensão por suas filhas, após o seu falecimento, adesão que foi devidamente formalizada nos autos do Processo Administrativo 0168-6759/79 do Ministério da Fazenda, sendo certo que todo esse procedimento foi devidamente aprovado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e convalidado por parecer favorável da Controladoria-Geral da União.

Destacou que a pensão instituída com base no montepio civil da União seria de caráter perpétuo e somente poderia ser extinta pela ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 20 do Decreto 22.414/33.

Discorreu que a cessação do seu benefício se fundara, única e exclusivamente, nas informações contidas no Inquérito Policial 18-00653/2007, originado pela representação promovida em 22.01.2007 por sua genitora, Margarida Maria Silveira Aranha, em que noticiou que a impetrante viveria em regime de união estável com o advogado Márcio de Moraes Baldo, motivo pelo qual estaria recebendo de forma indevida a mencionada pensão e incorrendo na prática do delito de estelionato (art. 171, § 3º, do Código Penal). Entretanto, a impetrante considera que a declaração de sua mãe *“seria, em tese, um indício de prova da existência da união estável”* (fl. 9) e que não lhe foi concedido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Atribuiu a atitude de sua genitora ao fato de a impetrante e a sua irmã terem ajuizado ação com o objetivo de interditá-la, que se encontra em tramitação na 1ª Vara de Órfãos, Interditos e Ausentes do Recife – PE (Processo 001.2004.010891-1 – apensos 2 e 3).

Relatou que ela e o seu suposto companheiro não foram ouvidos pela autoridade policial e que a sua irmã declarou que

MS 28.061-AgR / DF

não tinha conhecimento da existência dessa união estável e que nunca teve motivo para apresentar representação criminal contra a impetrante.

Ressaltou que não teve a oportunidade de se defender perante o Tribunal de Contas da União, razão pela qual não pôde provar que tal denúncia *“fora motivada pela manifestação de uma pessoa que se encontra em absoluta confusão mental”* (fl. 13). Ademais, esse inquérito policial foi arquivado por atipicidade da suposta conduta da impetrante, porquanto, ainda que existisse tal união estável, fato que entende não ter sido comprovado durante a referida investigação, não houve prejuízo algum ao erário, já que o único resultado possível seria a transferência de sua cota à irmã.

Alegou a ocorrência de afronta à autoridade da Súmula Vinculante 3, dado que, segundo entendimento externado pelo Ministro Carlos Britto no julgamento do Mandado de Segurança 25.116/DF, a concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão *“é aquela cujo deslinde não ultrapassa o requisito temporal de cinco anos, a partir do qual deve ser obedecido o princípio do contraditório”*, motivo por que *“o processo administrativo que culminou com a cessação dos benefícios recebidos pela impetrante encontra-se eivado de nulidade, como também está a redução de 100% para 60% sobre os proventos do instituidor”* (fl. 14).

A impetrante sustentou, em síntese, a ocorrência de ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Defendeu que *“o princípio da estabilidade está acima da coisa julgada, do direito adquirido e do ato jurídico perfeito porque exatamente é o princípio que informa, que dá fundamento a esses institutos”* (fl. 17). Nesse sentido aduziu que a sua pensão fora concedida, em caráter integral, com fundamento em interpretação regular da lei e consolidou-se por sua percepção por mais de cinco anos, não podendo ser anulada nem pelo Poder Judiciário. Além disso, frisou a impetrante que *“a partir da Constituição de 1988 todas as pensões são integrais”* (fl. 19).

MS 28.061-AgR / DF

Acrescentou que não estaria correta a afirmação do TCU de que a Lei 6.782/80 fora revogada, dado que “*lei geral não revoga, salvo expressamente, lei especial*” e “*pela razão substancial de que a apontada lei refere-se a benefício previdenciário contributivo, ou seja, para o qual o interessado pagou previamente o necessário para suprir o futuro*” (fl. 19).

Requeru a impetrante, ao final, a concessão da segurança, declarando-se a nulidade do acórdão que determinou a cessação do seu benefício e que teria reduzido o valor da pensão para 60% (sessenta por cento).

2. Requisitaram-se informações (fl. 39), que foram devidamente prestadas pelo Presidente do Tribunal de Contas da União (fls. 42-52). Suscitou o ilustre Ministro Ubiratan Aguiar a necessidade de citação da irmã da impetrante para integrar o pólo passivo do presente *mandamus*.

Alegou, em resumo, a ausência de violação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, dado que a relação procedimental, no rito aplicável à apreciação de atos sujeitos a registro pelo TCU, estabelece-se apenas entre o órgão responsável pela concessão da aposentadoria, reforma ou pensão e a Corte de Contas, porquanto o que se julga é o ato emitido pela autoridade responsável.

Narrou que o art. 48 da Lei 8.443/92 estabelece a possibilidade de o interessado interpor recurso com efeito suspensivo (pedido de reexame), que obstaria quaisquer atos tendentes a sustar os pagamentos tidos por indevidos.

Noticiou que a impetrante foi dispensada de devolver as importâncias recebidas indevidamente, nos termos da Súmula TCU 106.

3. Determinei que “a Secretária desta Corte providenciasse a inclusão, no presente feito, da irmã da impetrante, Luciana Silveira Aranha, na condição de litisconsorte passiva

MS 28.061-AgR / DF

necessária, bem como que a impetrante promovesse a citação de sua irmã (fls. 191-192).

4. Luciana Silveira Aranha se manifestou, às fls. 195-215, no sentido de que, não obstante tenha ingressado no feito na qualidade de litisconsorte passiva necessária, *“está de acordo com a concessão da ordem para restabelecer o direito líquido e certo da impetrante, além do seu próprio, pertinente à integralização do pagamento”* (fl. 196).

Reiterou também a alegação de ocorrência de ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal e à autoridade da Súmula Vinculante 3.

Asseverou que o TCU entendeu que a Lei 6.782/80 fora revogada quando da publicação da Lei 8.112/90, razão pela qual determinou a redução da referida pensão para 60% dos proventos do instituidor.

5. Em 23.9.2009, não conheci do pedido formulado pela impetrante em relação à redução do percentual do benefício pago, por ilegitimidade passiva do Tribunal de Contas da União quanto a tal questão, e indeferi o pedido de medida liminar quanto ao restabelecimento do pagamento da pensão do montepio civil da União em favor da impetrante (fls. 235-244).

6. Em 06.10.2009, Ana Cláudia Silveira Aranha opôs embargos de declaração (fls. 269-278) à decisão proferida em 23.9.2009.

Alegou que houve erro material quanto à ilegitimidade passiva do Tribunal de Contas da União para responder pela ilegalidade da redução do percentual da pensão.

Narrou que, em 23.02.2006, foi encaminhada ao Chefe de Recursos Humanos do Ministério da Fazenda cópia do Acórdão 2.354/2005 da Segunda Câmara do TCU, proferido em caso semelhante, em que se decidiu que a pensão deveria ser de 60% (sessenta por cento) do benefício de seu instituidor. E que, em

MS 28.061-AgR / DF

13.6.2008, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região tornou sem efeito o Ato PR 347/02, que reconheceu o direito à integralização da pensão da impetrante e de sua irmã. Entretanto, posteriormente, o Presidente do TRT da 2ª Região acolheu pedido de reconsideração formulado pela impetrante.

Discorreu que a Presidência do TCU se equivocou ao informar a esta relatora que o TCU não determinara a alteração do percentual do benefício, a qual teria sido feita pelo órgão de origem. Entende a impetrante, dessa forma, que o Acórdão 2.527/2009, proferido pela Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União no Processo TC 021.930/2008-6, *“alterou sim o valor da pensão para 60% do valor do instituidor, pois o benefício até antes do julgamento correspondia a 100%”* (fl. 273).

7. A Procuradoria-Geral da República opinou pela concessão da ordem (fls. 289-295).

8. Acolhi os embargos de declaração opostos por Ana Cláudia Silveira Aranha à decisão proferida em 23.9.2009 em relação ao não-conhecimento do pedido formulado pela impetrante quanto à redução do percentual do benefício pago para 60% (sessenta por cento) dos proventos do instituidor. E, com fundamento no art. 205 do RISTF, na redação atribuída pela Emenda Regimental 28/2009, **concedi a ordem** para cassar o Acórdão 2.527/2009, proferido pela Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União nos autos do Processo TC 021.930/2008-6, a fim de garantir a Ana Cláudia Silveira Aranha o exercício do contraditório e da ampla defesa em relação à suposta união estável por ela mantida, restabelecendo o pagamento da pensão do montepio civil da União em favor da impetrante e de sua irmã em 100% (cem por cento) dos proventos do instituidor, até que seja proferida nova decisão pela Corte de Contas (fls. 307-322).

9. A União interpôs, então, o presente agravo regimental (fls. 349-356).

Alega a impossibilidade de julgamento monocrático do caso em apreço com base no art. 205 do RISTF, porquanto a



**MS 28.061-AgR / DF**

jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, materializada na Súmula Vinculante 3, seria no sentido de que somente caberia contraditório e ampla defesa quando houvesse revisão pelo TCU do julgamento inicial dos processos de aposentadoria, reforma ou pensão. Aduz que, no presente caso, trata-se de julgamento inicial de pensão e não de revisão de julgamento anterior.

Salienta que, no âmbito do inquérito policial, a impetrante foi instada a se manifestar sobre as provas ali colacionadas e manteve-se silente.

Sustenta que o mencionado inquérito policial “*apresenta provas incontestáveis da existência da união estável*” (fl. 352), como o convite da cerimônia realizada em agosto de 1998 destinada a comemorar essa união e a certidão de nascimento da filha do casal datada de outubro de 2001.

Argumenta que o recebimento da pensão em comento é evento sujeito à condição resolutiva, nos termos do art. 20 do Decreto 22.414/1933. Dessa forma, uma vez implementada a união estável, cessa o benefício para a impetrante, continuando a ser pago somente a sua irmã.

A União defende ainda a ilegitimidade passiva do TCU quanto à redução do percentual do benefício pago para 60% (sessenta por cento) dos proventos do instituidor, sob o entendimento de que a Corte de Contas não determinou essa alteração, feita pelo órgão de origem.

É o relatório,

**MS 28.061-AgR / DF****VOTO**

A Senhora Ministra Ellen Gracie (Relatora): 1. A decisão agravada não merece qualquer reforma, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos.

2. Preliminarmente, em relação à legitimidade passiva do TCU quanto à redução do percentual do benefício pago para 60% (sessenta por cento) dos proventos do instituidor, entendo que não assiste razão à União, ora agravante.

Ao apreciar o pedido de medida liminar, com fundamento nas informações prestadas pela Presidência do TCU (fls. 42-52), não conheci do pedido formulado pela impetrante quanto a essa redução, sob o entendimento equivocado de que tal percentual já havia sido modificado pelo próprio órgão de origem, espontaneamente.

Cheguei a tal conclusão com base nos seguintes excertos das informações e do acórdão da Corte de Contas:

*“(...) o TCU não fez determinação alguma no sentido de se alterar o percentual do benefício. Tal alteração foi feita pelo órgão de origem, embora o TCU entenda que a pensão não deva corresponder à totalidade dos proventos do instituidor (Acórdãos 1.712/07 – 2ª Câmara e 589/08 e 711/08 – 1ª Câmara).*

*(...)” (Fl. 51).*

*“(...)”*

*O analista da Sefip examinou os fundamentos legais e as informações prestadas pelo Controle Interno, constatando que somente a partir de dezembro de 2008 a GRA/SP passou a aplicar o percentual de 60% aos proventos do instituidor.*

*(...)”*

**MS 28.061-AgR / DF**

*9. Por fim, é oportuno ratificar o entendimento desta Casa firmado no sentido de que o valor da pensão de montepio civil corresponde a 60% do valor dos proventos do instituidor. Como o percentual já está sendo respeitado pela GRA/SP, é dispensável sugestão feita a esse respeito. (...)" (Fls. 54 e 55).*

Todavia, conquanto em 03.7.2008 o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, por intermédio do Ato PR 372/2008 (fls. 282-284), tenha tornado sem efeito o Ato PR 347/2002, que reconheceria o direito à integralização da pensão do montepio civil da União de Ana Cláudia Silveira Aranha e Luciana Silveira Aranha, em 19.12.2008 a Presidência do TRT da 2ª Região, por intermédio do Ato PR 634/2008 (fl. 286), acolheu pedido de reconsideração e tornou sem efeito o Ato PR 372/2008.

Dessa forma, a redução do percentual do benefício pago para 60% (sessenta por cento) dos proventos do instituidor somente ocorreu, em verdade, a partir do julgamento do presente caso pelo TCU e por força do Acórdão 2.527/2009.

3. Superada essa preliminar, passo a apreciar os demais argumentos trazidos pela União em seu agravo regimental.

No julgamento dos Mandados de Segurança 25.116/DF e 25.403/DF, em que se discutia a negativa de registro de atos de concessão inicial de aposentadoria e de pensão, proferi voto-vista no sentido da inaplicabilidade do prazo de cinco anos aos processos em que o Tribunal de Contas da União aprecia a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, nos estritos termos do que dispõe a Súmula Vinculante 3, em sua parte final. Todavia, fiquei vencida na honrosa companhia dos Ministros Sepúlveda Pertence e Marco Aurélio.

4. Destaque-se que, no **presente caso**, diversamente do que ocorrera nos Mandados de Segurança 25.116/DF e 25.403/DF, o **Tribunal de Contas da União considerou legal o ato de concessão inicial de pensão** do montepio civil da União em favor da impetrante

MS 28.061-AgR / DF

e de sua irmã, Luciana Silveira Aranha, beneficiárias de José Aranha, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, falecido em 09.7.1996, **ordenando o seu registro**. Todavia, a Corte de Contas determinou à Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo a adoção de medidas com o objetivo de efetuar a **alteração dessa pensão** para que a irmã da impetrante passasse a ser a única beneficiária (fls. 53-56).

O dispositivo do Acórdão 2.527/2009, impugnado neste *writ*, proferido pela Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União, é o seguinte:

“(...)

9.1. *considerar legal a concessão de pensão em favor de Ana Cláudia Silveira Aranha e Luciana Silveira Aranha, beneficiárias de José Aranha, e ordenar o registro do ato de fls. 2/5;*

9.2. *determinar à GRA/SP que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote as providências cabíveis a fim de disponibilizar novo ato de alteração, em que Luciana Silveira Aranha seja a única beneficiária;*

(...)” (Fl. 55, destaquei).

É dizer, após o registro do ato inicial de concessão da pensão do montepio civil da União em favor de Ana Cláudia Silveira Aranha e de Luciana Silveira Aranha, houve a cassação da pensão devida à impetrante, com fundamento em suposta ocorrência de fato superveniente (união estável), sem que lhe tivessem sido assegurados o contraditório e a ampla defesa pelo Tribunal de Contas da União.

Assim, incide na espécie o que dispõe a Súmula Vinculante 3:

“Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que

MS 28.061-AgR / DF

*beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.” (Destaquei).*

Nesse sentido foi o parecer da Procuradoria-Geral da República:

“(…)

13. Entendeu o Tribunal que, originariamente, a concessão foi deferida de forma legal. A irregularidade teria ocorrido em 1998, a partir de quando a impetrante manteve regime de união estável. Segundo a decisão, o fato de existir outra beneficiária, a quem foi revertido o valor do benefício, significou a inobservância de qualquer prejuízo ao Erário.

14. Registra-se que no curso do procedimento perante o TCU, que culminou na cassação do benefício da impetrante, ela não foi ouvida. Não houve oportunidade de defender-se ou contradizer os argumentos da autoridade coatora.

“(…)

16. Independentemente de se considerar válida e suficiente a prova em relação à união estável mantida pela impetrante, o recebimento da pensão lhe foi concedida legalmente e incorporou-se a seu patrimônio jurídico. Qualquer ato modificativo dessa situação que levasse à invalidação do benefício deveria ser submetido ao contraditório, com fundamento no princípio da segurança jurídica.

“(…)

19. O Tribunal de Contas mencionou, na decisão impugnada, que originariamente o ato de concessão foi válido, mas por ocasião da união estável, o recebimento do benefício tornou-se ilegal.

“(…)

**MS 28.061-AgR / DF**

*21. Na verdade, o que aconteceu, no caso subjacente, foi a invalidação pelo TCU da concessão do benefício dada a **ocorrência de fato superveniente**, qual seja, a **união estável** da impetrante.*

*(...)” (Fls. 291-294, destaquei).*

5. Quanto à legalidade da redução do percentual do benefício pago para 60% (sessenta por cento) dos proventos do instituidor, entendo que, mantida a decisão ora agravada, que concedera a segurança sob o fundamento de ocorrência de desrespeito ao contraditório e à ampla defesa, será ratificada a cassação do Acórdão 2.527/2009 e haverá novo julgamento pela Corte de Contas, com a possibilidade de a impetrante questionar a eventual reiteração dessa redução perante esta Suprema Corte.

6. Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo regimental da União para manter a decisão que anulou o Acórdão 2.527/2009 e garantiu a Ana Cláudia Silveira Aranha o exercício do contraditório e da ampla defesa nos autos do Processo TC 021.930/2008-6.



Ministra Ellen Gracie

**PLENÁRIO****EXTRATO DE ATA****AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 28.061**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE**

AGTE.(S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AGDO.(A/S) : ANA CLÁUDIA SILVEIRA ARANHA

ADV.(A/S) : VICENTE GRECO FILHO

INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

LIT.PAS.(A/S) : LUCIANA SILVEIRA ARANHA

ADV.(A/S) : MARTA MARIA R. PENTEADO GUELLER

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, negou provimento ao recurso de agravo. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, os Senhores Ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 02.03.2011.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Dias Toffoli.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, e Vice-Procuradora-Geral da República, a Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira.

p/ Luiz Tomimatsu  
Secretário